



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 837/83

*estudo Romp*

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ  
DELIBERA E EU SANCIONO A SE  
GUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir ,  
por compra à vista, diretamente do fabricante, ou de  
seu concessionário exclusivo ou qualquer outro revende  
dor estabelecido, para os serviços da Prefeitura Municip  
al de Macaé, os seguintes veículos e máquinas, sendo  
que os de origem nacional deverão ser comprados diretamen  
te do fabricante:

- 02 Coletores Compactadores de Lixo;
- 06 Caminhões;
- 04 Caçambas Basculantes;
- 01 Trator de Esteiras;
- 01 Ambulância;
- 03 Veículos de Pequeno Porte, tipo passeio;
- 01 Rolo Compactador;
- 01 Retro-Escavadeira;
- 01 Elevador Hidráulico para Containers; e
- 20 Containers para Lixo.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal também autorizado a  
obter do BANERJ - BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.,  
através do BANERJ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS  
S/A o financiamento necessário à compra dos veículos e  
máquinas, através de um " Contrato de Adesão Intervenien  
cia Financeira de Fornecedores ", na conformidade das  
normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

14

gisto fls.	10, 105, Lv.	18
publicação:	O Debate	
nº	451	pag 4
Edição de	20.04.83	
	A. Adlene	



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

Gabinete do Prefeito

Fls. 02

LEI Nº 837/83

Parágrafo Único - O financiamento a que se refere esta Lei se limita ao Crédito no valor de até R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros) acrescidos dos respectivos juros e será pago da seguinte forma:

24 prestações de R\$ 11.402.400,00 (onze milhões, quatrocentos e dois mil e quatrocentos cruzeiros).

Juros fixos : R\$ 153.648.000,00 (cento e cinquenta e três milhões e seiscentos e quarenta e oito mil cruzeiros).

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a dar, em garantia do financiamento de que cuida esta Lei, as parcelas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias ( I. C. M. ).

Parágrafo Único - Para cumprimento desse artigo, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a nomear e constituir seu bastante procurador o BANERJ - Crédito, Financiamento e Investimentos S.A., com poderes especiais para representá-lo perante o Estado do Rio de Janeiro - Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro ou qualquer outra fonte pagadora, a fim de receber o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias ( I. C. M. ).

Art. 4º - As despesas para a execução desta Lei correrão à conta da verba própria, consignada no orçamento em vigor.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 18 de abril de 1983.

*Alcides Ramos*  
ALCIDES RAMOS

Prefeito

Registro fls.	10 a 11	lv. 18
Publicação:	O Debate	
nº	451	pag. 4
Edição de	20.04.83	
	<i>D. Almeida</i>	
	Servidor	